



**CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE MENTAL**

**O MERCADO DE TRABALHO E A REINSERÇÃO
DE PORTADORES DE TRANSTORNO MENTAL**

**THE LABOUR MARKET AND THE REINSERTION
MENTAL DISORDES PATIENTS**

Salvador
2015.1

O MERCADO DE TRABALHO E A REINserÇÃO DE PORTADORES DE TRANSTORNO MENTAL

Autor: Aline Lima Santos - Psicóloga
Orientador: Alessivânia Mota – Mestre em Psicologia Social e do Trabalho;
Especialista em Saúde Coletiva- ISC/UFBA

Resumo

Atualmente uma parcela da população tem enfrentado dificuldades no que diz respeito a sua entrada e permanência no mercado de trabalho por causa das exigências encontradas. Semelhante a essa realidade, as pessoas portadoras de sofrimento/ transtorno mental tem encontrado grandes obstáculos para efetivar essa inserção, e por isso estão sendo colocadas à margem da sociedade de maneira preconceituosa e excludente. Sendo assim, este trabalho visa contribuir com discussões e questionamentos pertinentes ao sentido do trabalho para o ser humano ao mesmo tempo que pretende discutir sobre os desafios que a política de saúde mental enfrenta no que diz respeito a reinserção de portadores de transtorno mental no mercado de trabalho. Ao final, busca-se encontrar formas de se fazer cumprir o direito que todo cidadão possui de exercer uma profissão, assim como encontrar formas de geração de trabalho e renda.

Palavras Chave: Mercado de Trabalho; Modos de Produção; Sofrimento Mental.

THE LABOUR MARKET AND THE REINSERTION MENTAL DISORDES PATIENTS

Abstract

Currently part of the population has faced difficulties with regard to their entry and stay in the labor market because of the demands found. Similar to this reality, people with suffering / mental disorder has found great obstacles to effect this insertion, and so are being placed at the margins of society of prejudice and exclusionary way. Thus, this work aims to contribute to discussions and questions relevant to the feeling of work for the human being at the same time you want to discuss the challenges facing mental health policy with regard to reintegration of mental disorder carriers in the Marketplace work. At the end, we seek to find ways of enforcing the right that every citizen has to exercise a profession, as well as find ways to generate jobs and income.

Key Word: Labour market; Production modes; Mental suffering.

O MERCADO DE TRABALHO E A REINserÇÃO DE PORTADORES DE TRANSTORNO MENTAL

1. O SENTIDO DO TRABALHO

Considerando o cenário social contemporâneo, pode-se perceber que o trabalho possui um sentido de centralidade na vida das pessoas. Ele não tem representado apenas meio de satisfação das necessidades básicas, mas também fonte de identificação e de autoestima. Padilha e Navarro (2007) argumentam que as pessoas ancoram sua existência na vida laboral. Desta forma, a centralidade do trabalho dá-se não só na esfera econômica (o trabalho é a fonte de renda da maioria da população mundial) como também na esfera psíquica. O trabalho é o elemento fundante do ser social, é o ponto de partida da humanização.

Assim, o trabalho é compreendido como momento decisivo na relação do homem com a natureza, pois ele modifica a sua própria natureza ao atuar sobre a natureza externa quando executa o ato de produção e de reprodução (Padilha e Navarro, 2007). Dessa maneira, a atividade laboral passa a se tornar parte da rotina do ser humano. Ele se adequa às suas tarefas e modifica toda a sua dinâmica de vida para exercer suas atividades laborais. Isso tudo acontece por conta do significado que o trabalho possui para cada indivíduo.

Dejours (2004) ressalta que trabalhar constitui, para a subjetividade, uma provação que a transforma; ou seja, o trabalho possibilita ao indivíduo um sofrimento subjetivo que testa sua capacidade de superação, entretanto, ele contribui para seu desenvolvimento e crescimento intelectual. Trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar. O trabalhar seria uma condição transcendental de manifestação absoluta da vida. Ele acrescenta ainda que o trabalho não é apenas uma atividade; ele é, também, uma forma de relação social, o que significa que o trabalho se desdobra em um mundo humano caracterizado por relações de desigualdade, de poder e de dominação. Trabalhar é engajar sua subjetividade num mundo hierarquizado, ordenado e coercitivo, perpassado pela luta para a dominação.

Nessa perspectiva, o mesmo autor demonstra que o trabalho vai além do ato de exercer alguma atividade, produzir ou transformar algo. O trabalho possui um valor subjetivo que é interiorizado pelo sujeito que trabalha. Além disso, a sociedade consolida ao trabalhador uma importância ímpar pelo fato de considerá-lo ativo e produtivo. O

trabalho traz a quem trabalha o status de poder, de criação e inteligência. E por conta disso, Dejours (2004) corrobora também que a própria inteligência do corpo se forma no e pelo trabalho; ela não é inata, mas adquirida no exercício da atividade. É através desse status de trabalhador que o ser humano ganha espaço no meio em que convive e delimita sua importância de ser ativo dentro do seu contexto social. Consequentemente, o indivíduo que não exerce alguma atividade laboral se torna desvalorizado e excluído da sociedade.

Em contrapartida, Coutinho, Krawulski e Soares (2007) apontam que o trabalho enquanto fenômeno ao qual os atores sociais são convidados a vincular-se em algum momento de seu ciclo vital, é elemento constituinte da subjetividade humana e, portanto, da sua identidade. Sendo assim, conceber a atividade de trabalho dos sujeitos como constituinte de sua identidade social implica reconhecer a relação de mútua determinação entre trabalho e identidade (Coutinho, Krawulski e Soares, 2007 *apud* COUTINHO, 1999). Consequente a essa proposição, podemos nos referir ao trabalho como uma categoria fundamental, embora não única, para compreensão das relações sociais, dos processos identificatórios e do modo de ser dos sujeitos, pois a dimensão ocupacional ainda ocupa um grande espaço na vida das pessoas, permeando as relações sociais (Coutinho, Krawulski e Soares, 2007).

A situação de trabalho, seja ela formal, informal, precária ou até mesmo o desemprego são vistas como constitutivas dos processos identificatórios. Nessa perspectiva, as mudanças nas formas de trabalho e emprego trazem implicações objetivas e subjetivas, já que a noção de trabalho, tal como coloca Coutinho (2009 *apud* BLANCH 2003), envolve tanto as condições socioeconômicas nas quais essa atividade humana desenvolve-se, como o significado, o sentido e o valor socioculturais dessa experiência.

As trajetórias profissionais constituem parte de expressivo significado no processo de viver dos trabalhadores, seja pelo tempo a elas dedicado, seja pela sua importância (Coutinho, Krawulski e Soares, 2007). Nesse sentido, os mesmos autores mencionam que o distanciamento ou a falta da atividade laboral influencia diretamente na subjetividade do sujeito. Além disso, os processos de fragmentação no percurso laboral influenciam diretamente na construção identitária. Sendo assim, é preciso um cuidado ao lidar com esse sujeito que se encontra fora dessa realidade laboral, visto que pode haver um sofrimento por conta dessa impossibilidade ou afastamento da realidade trabalhista.

1.1 MODOS DE PRODUÇÃO

Diante da diversificada sociedade em que vivemos, é possível perceber a grandiosa dinâmica do mercado de trabalho. Analisando a história, notamos que houve inúmeras mudanças na configuração do trabalho, desde o modo que as atividades eram realizadas, sua organização e até mesmo os objetivos. Sendo assim, torna-se importante conhecer as peculiaridades dos modos de produção mais evidentes para entendimento do atual cenário econômico.

Há tempos o modo de produção escravista colonial, vigente no Brasil desde o início da colonização lusitana até a abolição da escravidão, era conhecida como plantagem escravista, (Picoli, 2013). Neste modelo todo o trabalho era coordenado e integrado, não cabendo ao produtor direto – o escravizado – autonomia alguma. A produção era dirigida pelo próprio fazendeiro, senhor de escravos, ou por um imediato. Todo o trabalho poderia ser desempenhado pelos mesmos escravos, de acordo com o tamanho da plantagem e com o contingente de mão-de-obra (compulsória) disponível. Da preparação da terra para o cultivo até o escoamento para a venda (Picoli, 2013).

Picoli (2013) enfatiza ainda que a plantagem, conforme os moldes que se desenvolveram no Brasil dos séculos XVI ao XIX, fornecia produtos comercializáveis e rentosos para um amplo mercado externo (a Europa), não possuindo interesses comerciais com o mercado interno. A mão-de-obra escrava e o baixo poder de compra dos homens livres eram incompatíveis com a vultosa produção especializada das plantagens. É interessante ressaltar que neste modelo existia a noção de propriedade privada e o escravo era considerado um instrumento, uma coisa para alcançar os objetivos do seu dono.

Com a crise do escravismo nasce o feudalismo. Caracterizado pelas relações servis de produção, o feudalismo europeu marcou a história medieval por mais de 1000 anos. Picoli (2013) salienta que no modo de produção feudal, à diferença com o escravista colonial, o produtor direto era o servo da gleba e sua família, possuidores de alguns meios de produção e coproprietário do principal destes meios: a terra. Nesse sistema a economia era fechada-auto-suficiente, com produção para o consumo, e a sociedade estamental, imóvel, polarizada entre senhores e servos. O feudalismo não terminou de forma abrupta, ele foi aos poucos se enfraquecendo e sendo substituído pelo sistema capitalista. Podemos dizer que o feudalismo começou a entrar em crise, em algumas regiões da Europa, já no século XII, com várias mudanças sociais, políticas e econômicas.

Por volta do séc. XII, com a desintegração do feudalismo, começa a surgir um novo sistema econômico, social e político: O Capitalismo. A característica essencial do novo sistema é o fato de nele, o trabalho ser assalariado e não mais servil como no feudalismo. Mandel (1981) caracteriza o capitalismo como um modo de produção fundado na divisão da sociedade em duas classes essenciais: a dos proprietários dos meios de produção (terra, matérias-primas, máquinas e instrumentos de trabalho) – sejam eles indivíduos ou sociedades – que compram a força de trabalho para fazer funcionar as suas empresas; e a dos proletários, que são obrigados a vender a sua força de trabalho, porque eles não tem acesso direto aos meios de produção ou de subsistência, nem ao capital que lhes permita trabalhar por sua própria conta.

O modo de produção capitalista é apenas uma forma de economia de mercado. Todos os elementos da vida econômica tornam-se mercadorias: a terra (que não existia de forma nenhuma em regime feudal típico), os instrumentos de trabalho, as máquinas, o capital-dinheiro e a própria força de trabalho (Mandel, 1981). Wood (1998) argumenta que o reconhecimento de que o capitalismo, com todo seu impulso específico de acumular e de buscar o lucro máximo, nasceu não na cidade, mas no campo, num lugar muito específico, e tardiamente na história humana. Ele requer não uma simples extensão ou expansão do escambo ou da troca, mas uma transformação completa nas práticas e relações humanas mais fundamentais, uma ruptura nos antigos padrões de interação com a natureza na produção das necessidades vitais básicas.

A mesma autora menciona que a diferença essencial entre todas as sociedades pré-capitalistas e capitalistas não tem nada a ver com o fato de a produção ser urbana ou rural, e sim com as relações de propriedade entre produtores e apropriados, seja na agricultura ou na indústria. Sendo assim, nota-se que somente no capitalismo a forma dominante de apropriação do excedente está baseada na desapropriação dos produtores diretos, cujo trabalho excedente é apropriado por meios puramente econômicos. Em função disso, é a venda da força de trabalho em troca de um salário, que os capitalistas se apropriam da mais-valia produzida pelos trabalhadores sem necessidade de recorrer a coerção direta (Wood, 1998). Então, assim como os trabalhadores dependem do mercado para vender sua força de trabalho como uma mercadoria, os capitalistas dependem dele para comprar a força de trabalho e também dos meios de produção para realizarem os seus lucros vendendo bens e serviços produzidos pelos trabalhadores.

É a partir dessa relação de comércio que a teoria da Mais-Valia aponta a exploração sofrida pelos trabalhadores, visto que seus salários representam apenas uma

pequena porcentagem do que produzem. Chemama (2014) afirma que a teoria da mais-valia descreve, a nível social, uma renúncia necessária ao gozo. O trabalhador não pode gozar da integralidade do que ele produz porque há uma diferença entre o valor produzido por seu trabalho, o valor da mercadoria e o valor de sua força de trabalho, seu salário, que corresponde somente ao que é necessário para reproduzir sua força do trabalho.

Seguidamente, o capitalismo necessita recuperar o capital investido e realizar lucro. Isso será feito com a venda das mercadorias a um preço susceptível de aumentar o lucro do capital investido. A empresa baixará os custos de fabricação, procurará técnicas produtivas avançadas, tentará baixar os salários e reduzir a mão-de-obra empregada. Essa dinâmica tem tido forças para se manter por conta do objetivo que lhe é estabelecido, o lucro. Na atual tendência capitalista, como princípio dominante do comércio, é o “lucro por meio da venda”, ou “comprar barato para vender caro” (Wood, 1998) que faz com que as relações de compra e venda se mantenham.

Em virtude das mudanças econômicas, o processo de globalização surge como um fenômeno característico do modelo econômico capitalista que consiste na interligação econômica, política, social e cultural em âmbito mundial. Esse processo é conhecido como Revolução Técnico-Científico-Informacional, uma vez que, através dos avanços tecnológicos obtidos, foi possível promover maior integração econômica e cultural entre regiões e países de todas as localidades do planeta.

Consequente a toda essa revolução tecnológica, que demanda conhecimento especializado e de alto grau de complexidade, nesta época de globalização, o modelo de produção capitalista contribui para a exclusão do mundo do trabalho pessoas consideradas inaptas ou improdutivas. Ianni (2001) argumenta que a globalização pode ser compreendida como uma nova condição e possibilidade de reprodução do capital surgida principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando começaram a predominar os movimentos e as formas de reprodução do capital em escalas internacionais. O mesmo autor comenta ainda que o capital é uma categoria social complexa, baseada na produção de mercadoria e lucro, ou mais-valia, o que supõe todo o tempo a compra da força de trabalho.

Em meio a esse contexto, é necessário haver um modo de organizar a rotina de trabalho para que o lucro seja alcançado. Para cumprir esse objetivo, as empresas arrumam as tarefas adotando modelos ou técnicas de produção que possam ser efetivas. As empresas trabalham em prol da motivação de seus funcionários para que as atividades possam ser desenvolvidas de maneira prazerosa, e consequentemente tragam maiores e

melhores resultados. As pessoas se dedicam mais ao trabalho e fazem dele parte de sua vida.

Sendo assim, os modos de produção foram se modificando com o passar do tempo e se adequando as necessidades do momento. O mercado de trabalho começou a ser mais exigente e seletivo, exigindo dos indivíduos conhecimento especializado. Em virtude disso, a alta competitividade ganhou sua evidência. Nos dias atuais as pessoas concorrem com seriedade a uma vaga de emprego e por esse motivo, buscam o conhecimento incessantemente. Há uma necessidade de atualização constante, o que inviabiliza a participação de trabalhadores com transtorno mental.

Visando o clímax da produtividade, em meados do século XIX o fordismo estava sendo implantado e aperfeiçoado. Marochi (2002) expressa que a principal novidade do modelo fordista foi a introdução da linha de montagem em movimento contínuo no qual o trabalhador passou a ficar fixado em um espaço físico demarcado fazendo uma pequena, simples e reduzida tarefa do processo produtivo. A divisão do trabalho tornou-se consolidada e o operador especializou-se em uma única tarefa. Este modelo de produção verticalizado e padronizado trouxe ganhos expressivos na produtividade visto que o ritmo de trabalho era controlado pela velocidade da linha de produção, disciplinando os mais lentos ou os mais rápidos de acordo com as necessidades da produção.

Pouco tempo depois, por volta da década de 1970, aconteceu a crise capitalista que atingiu os países industriais mais desenvolvidos. A partir daí, instaurou-se um novo regime de acumulação do capital, a acumulação flexível, que se disseminou pelo mundo capitalista nas décadas de 1980 e 1990 (Alves, 2005 *apud* HARVEY, 1992). O regime de acumulação flexível constituiu um novo complexo de reestruturação produtiva cujo momento predominante passou a ser o toyotismo (Alves, 2005).

O referido autor considera o toyotismo como ideologia orgânica da produção capitalista, visto que tende a colocar novas determinações nas formas de ser da produção e reprodução social. Alves (2005 *apud* GRAMSCI, 1984) salienta que na produção toyotista, corpo e mente ‘tendem a ser’ mobilizados pelo capital para se integrarem à produção do valor. Nessa perspectiva, o toyotismo se configura como busca do “engajamento estimulado” do trabalho, principalmente do trabalhador central, o assalariado “estável”, para que ele possa operar uma série de dispositivos organizacionais que sustentam a produção fluída e difusa (Alves, 2000).

Mészáros, (1998) revela que o capital como um sistema de controle do metabolismo social pôde emergir e triunfar sobre seus antecedentes históricos abandonando todas as considerações às necessidades humanas. Ele ainda ressalta que esse sistema, em todas as suas formas capitalistas ou pós-capitalistas tem (e deve ter) sua expansão orientada e dirigida pela acumulação. Naturalmente, o que está em questão a este respeito não é um processo delineado pela crescente satisfação das necessidades humanas.

Através da redução e degradação dos seres humanos ao status de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da compulsão econômica (Mészáros, 1998). A expansão do capital como um fim em si, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem constantemente afirmar seu poder como um modo de reprodução ampliado. O sistema do capital é essencialmente antagônico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente — e deve sempre usurpar — o poder de tomar decisões.

1.2 A HISTÓRIA DA LOUCURA

Há muito tempo o tema loucura vem suscitando inúmeros estudos e discussões nos mais variados contextos. Por volta do fim da Idade Média, a loucura e o louco tornam-se personagens maiores em sua ambiguidade: ameaça e irrisão, vertiginoso desatino do mundo e medíocre ridículo dos homens (Foucault, 1926). A loucura toma para si o lugar que antes era do leproso e começa a povoar os antigos leprosários. Continuamente, assim como a lepra, as “cabeças alienadas” assumirão o lugar de abandono e exclusão. Para isso, os loucos eram entregues a marinheiros para evitar que ficassem vagando entre os muros da cidade. Assim vinha a certeza de que eles iriam para longe, se tornando prisioneiros de sua própria partida (Foucault, 1926).

A partir do século XVII essa realidade francesa se modifica um pouco. Agora os loucos não precisam mais da ‘ajuda’ dos marinheiros para serem eliminados, pois neste século foram criadas as casas de internamento. Os ditos Hospitais Gerais não se assemelhavam a nenhuma ideia médica. Era uma instância da ordem entre a polícia e a justiça, mantida pela igreja e pelas finanças públicas, que estabelecia repressão. Esse universo era o lugar dos alienados daquela época. Além disso, essas casas de internação eram conhecidas por desempenharem, além do papel de repressão, a função de assistentes dos pobres (Foucault, 1926). Nesses lugares se abrigavam as pessoas que sociedade queria esconder.

Foucault (1926) ressalta que na Inglaterra as origens da internação eram mais distantes e era direcionada a punição dos vagabundos e alívio dos pobres. Por esse motivo houve a criação das casas de correção, mantidas por um imposto e por doações voluntárias da população. Com o fracasso dessa medida, decide-se autorizar a ação da empresa privada, onde não há mais a necessidade de permissão oficial para abertura de hospitais ou casas de correção, visto que o juiz de paz prepara uma jurisdição para funcionamento dessas casas e se responsabiliza pelo envio das pessoas que julga merecer tal aprisionamento.

Segundo Foucault (1926), em cinquenta anos, o internamento tornou-se um amálgama abusivo de elementos heterogêneos. Designou-se todo um povo misturado e confuso para habitar as plagas abandonadas pela lepra. Assim, ao traçar o espaço de internamento, foi conferida à loucura um poder de segregação, o que lhe atribuiu uma nova pátria. Dessa forma entende-se que havia uma confusão quanto aos motivos para instauração das internações. Por vezes, os pobres deveriam se manter excluídos; em

outras ocasiões os vagabundos e até aqueles que mantinham comportamentos fora do padrão. Mais adiante o louco se tornará um problema de polícia por perturbar a ordem do espaço social. Em síntese, o que se esclarece mais à frente é que o internamento não possui cunho médico ou de cura e sim uma ação ligada ao trabalho. O que se nota é que havia uma condenação a ociosidade e a mendicância e por esse motivo os internados precisavam se manter longe da sociedade.

A internação é uma criação institucional própria ao século XVII. A casa de internamento na era clássica configura o símbolo mais denso dessa “polícia” que se concebia a si própria como o equivalente civil da religião para a edificação de uma cidade perfeita (Foucault, 1926). Ou seja, as casas de internamento serviam para regulamentar os desajustes sociais. Era o lugar, onde de fato, as leis funcionavam e os comportamentos incoerentes não aconteciam. As casas de internação poderiam representar inúmeros objetivos, mas na história do desatino, Foucault (1926) argumenta que ela designa um evento decisivo: o momento em que a loucura é percebida no horizonte social da pobreza, da incapacidade para o trabalho, da impossibilidade de integrar-se em um grupo; o momento em que começa a inserir-se no texto dos problemas da cidade.

O mesmo autor frisa que o internamento, em suas formas primitivas, funcionou como mecanismo social. Por conta disso traz a hipótese de que o sentido do internamento se esgota numa obscura finalidade social que permite ao grupo eliminar os elementos que lhe são heterogêneos ou nocivos. O internamento seria a eliminação espontânea dos “a-sociais”. É clara a percepção do grande incômodo que os loucos traziam para a sociedade. E a forma mais fácil de eliminá-los sem culpa seria leva-los a lugares isolados com a desculpa de que iriam se tratar.

1.3 O TRABALHADOR PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL

Recentemente há uma ideia que predomina na sociedade, construída através da história da psiquiatria, de que as pessoas portadoras de transtorno mental não podem ou não são capazes de trabalhar ou desenvolver qualquer atividade laboral por conta das exigências que lhes são feitas. Desde o século XVII Foucault (1926) já dizia que a loucura é percebida no horizonte da incapacidade para o trabalho, da impossibilidade de integrar-se em um grupo. Há muito tempo, o que se observa é que o louco ganhou um lugar social de exclusão, estereótipo e segregação.

Paradoxalmente, Souza (2006 *apud* SOUZA, 2001 p.60) afirma que no manicômio o trabalho aparece por dois ângulos: aquele designado louco, se por um lado foi julgado incapaz de trabalhar, por outro, no tratamento que a medicina lhe dispensou, o trabalho foi utilizado como elemento fundamental no conhecido “Tratamento Moral”. Antunes (1942) designava a loucura como qualquer coisa que existe em todos nós. Esta seria mais um receio que uma realidade. No fundo, enlouquecer é sair de uma determinada norma. Partindo desse pressuposto, o louco não tem possibilidade de gerir sua própria vida social, laboral ou mesmo íntima pelo fato de estar sempre fora dos parâmetros sociais.

No entanto, pensado à maneira de Souza (2006), o trabalho desempenharia uma função corretiva de reintroduzi-lo no reino dos normais, visto que ele era o principal elemento do tratamento moral (Souza, 2006). Para a concretização desse “tratamento” no final do século XIX foram criados asilos e essas pessoas desempenhariam as funções prescritas pelos profissionais com o objetivo de validar seu tratamento. Aqui, o que ficou conhecido como psiquiatria democrática italiana buscou ressaltar e valorizar o trabalho dos usuários, onde seu trabalho é tido não como terapia, mas como maneira de garantir remuneração e reinserção social (Souza, 2006 *apud* LEONARDIS, MAURI & ROTELLI, 1995).

Pensando dessa forma, o trabalho deveria estar ao alcance de todos, visto que Souza (2006) salienta o trabalho como tendo características relativas ao humano todo o tempo, trazendo aspectos histórico-culturais e aspectos singulares de cada pessoa. Ele acrescenta que ao considerar o trabalho assim, não podemos nos furtar e admitir que nele há complexidades que nenhuma simplificação possa dar conta. Nós precisamos admitir que todo e qualquer ser humano possui habilidades, dificuldades e possibilidades e por isso torna-se válido reconhecer as capacidades de cada sujeito. Cada ser se faz único em

sua subjetividade e pode, à sua maneira, desempenhar tarefas. O que se torna necessário é o respeito ao tempo psíquico de cada indivíduo.

O problema que se torna aparente aqui é o reconhecimento do trabalho de pessoas com transtornos mentais que historicamente foram ditas incapazes de trabalhar além da exigência capitalista de alta produtividade e grandiosa especialização das pessoas. A impressão que dá é que o que foi dito há anos atrás está se confirmando através do modo de produção dos dias atuais. É como se a urgência de produção não pudesse ser acompanhada pelas pessoas portadoras de transtorno mental e por isso a exclusão dessas pessoas é o modo mais eficaz de não colocar a produção em risco. Em contrapartida, nenhuma forma de trabalho é pensada para os “incapazes”.

Souza (2006 *apud* GUÉRIN, LAVILLE, DANIELLOU, DURAFFOURG & KERGUÉLEN, 2001, p. 16) destaca que o que caracteriza o trabalho não é a atividade em si, mas sua finalidade. Sendo assim, ele afirma que se deve considerar os elementos presentes em um dado momento (singular, mas atravessado por elementos histórico-sociais) durante a realização do trabalho. Desse modo, independente da efetivação da tarefa o que não se pode é excluir pessoas que não se adequam a determinado modelo sócio-econômico.

É evidente que cada situação de trabalho apresenta suas peculiaridades e suas normas antecedentes que, por sua vez, indicam valores e aparecem como construção histórica. Assim, cada situação de trabalho apresenta formalizações, prescrições, determinações hierárquicas, acordos entre os níveis daquela organização e da sociedade. Frente a isso, cabe a cada trabalhador gerir essas normas a partir de suas próprias características e valores a fim de realizar trabalho (Souza, 2006).

2. MÉTODO

O atual estudo foi desenvolvido a partir preceitos que orientam a pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p. 71) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros de artigos científicos”. O referido autor corrobora que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos, em grande amplitude, de forma mais abrangente do que a pesquisa direta.

A pesquisa bibliográfica teve início em fevereiro de 2015, momento em que foi solicitado à autora um tema ligado à saúde mental, relevante e que fosse do seu interesse para ser apresentado como trabalho de conclusão de curso em sua pós-graduação. Essa pesquisa prolongou-se até a finalização deste estudo, visto que surgiam informações importantes a todo momento. Esta pesquisa foi realizada principalmente através de revistas científicas de psicologia, e para acessá-las foram usadas as palavras mercado de trabalho, sentido do trabalho, modos de produção, capitalismo, globalização, trabalhador com transtorno mental, inserção no mercado de trabalho, inserção do portador de transtorno mental no mercado de trabalho.

Obtido os artigos e efetuada a revisão de literatura, foi possível consolidar informações e construir questionamentos acerca da problemática afim de que possam ser pensadas formas de lidar com a temática e novos conhecimentos possam ser construídos.

3. DISCUSSÃO

Diante do que foi exposto, percebe-se que a visão construída na história da psiquiatria de que essas pessoas portadoras de transtorno mental não podem trabalhar por serem julgadas como incapazes predomina até os dias hoje e fortalece o isolamento dessas pessoas impedindo-as de se aproximarem de qualquer atividade laboral. O que fica nítido é que os diagnósticos propostos pela psiquiatria assumem “(...) o valor de um rótulo que codifica uma passividade dada como irreversível” (Souza, 2006 *apud* BASAGLIA, 1985, p. 108).

Hoje, o que sabemos é que a oportunidade de trabalhar não foi concedida a esse público, visto que se tem o medo do que as alterações psicopatológicas podem exercer na atividade de trabalho de uma pessoa portadora de transtorno mental. Mas, se nos colocássemos do outro lado, seria válido ponderar o que o trabalho e sua realização pode trazer de positivo ou negativo para pessoas portadoras de transtornos mentais? Notamos que quando se propõe para essas pessoas a realização de tarefas nas chamadas “oficinas terapêuticas”, elas desejam dessa experiência muito mais que o “terapêutico”, remetendo a questões ligadas à possibilidade de autonomia, reconhecimento via remuneração, etc. (Souza, 2006). No séc. XIX os loucos trabalhavam com finalidade de se tratar e reinserir-se na sociedade. O que mudou tanto dois séculos depois?

O paradoxo se instala a todo momento já que desde o século XVII, quando estavam em evidência as casas de internamento, o foco já estava ligado ao trabalho. Era objetivo dessas casas “recolher” das ruas os mendigos e as pessoas que estavam ociosas, sem trabalhar. O que se têm aqui é o cunho social que o trabalho expressa. É evidente que muita coisa mudou e a produção do atual momento capitalista que passamos exige eficiência, rapidez e conhecimento especializado das pessoas que realizam tarefas específicas. Mas até que ponto esse nível de especialização não começará a excluir pessoas “normais” do mundo do trabalho e substituí-las por robôes assim como as pessoas portadoras de sofrimento mental estão sendo substituídas por outras que dizem ser mais capaz?

Analisando o contexto, o que se observa é que o louco, assim como o pobre deveria ser retirado da circulação social. Podemos perguntar: quais são as construções históricas sobre a capacidade de trabalhar e de conviver em sociedade da pessoa com transtorno mental? Souza (2006 *apud* NOUROUDINE, 2001, p. 88) corrobora que a atividade é considerada um élan de vida e de saúde, característico de todo ser vivente, que

atravessa o corpo e a mente, o coletivo e o individual, sem limite preciso e impossível de se definir. Sendo ela algo próprio do vivente, é impossível ao humano ficar passivo frente ao que lhe é prescrito.

A psiquiatria nasce isolando o louco do convívio social, decretando sua incapacidade para o convívio e, portanto, para atividades coletivas. O hospício constituiu-se como lugar de administração das figuras de miséria, periculosidade social, marginalidade e improdutividade (Souza, 2006 *apud* BARROS, 1994). A noção de “doença mental” estabeleceu socialmente os valores de que o “doente” é incapaz de responsabilizar-se pelos atos da vida civil, de trabalhar e de gerir a si mesmo no trabalho. Embora a expressão “demência precoce” (Souza, 2006 *apud* BERCHERIE, 1989, p. 172), que Kraepelin tomou emprestada de Morel, não seja conhecida da maioria das pessoas, a ideia de que o sujeito que enlouquece torna-se demente, incapaz, improdutivo é amplamente difundida.

Paralelo a ideia citada acima, repensando a possibilidade da reinserção do portador de transtorno mental no mercado de trabalho, é possível operacionalizar a intenção através de modelos de economia, sendo a economia solidária um modelo vigente. Esta, pautada sob os princípios da cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade e sendo definida como conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito sob a forma de autogestão, vem se apresentando como alternativa inovadora de geração de trabalho e renda e uma maneira satisfatória de inserção e inclusão social.

Lussi & Pereira (2009, p. 517) “acreditam que as estratégias de ampliação de oportunidades de trocas materiais e afetivas podem ser definidas como o tecido de uma rede de negociação na medida em que aumentam a participação e o poder de contratualidade real dos sujeitos mais fragilizados de uma sociedade. O modelo das redes múltiplas de negociação coloca em foco a participação, de forma que o objetivo não seja fazer com que os fragilizados saiam dessa condição para poder estar em jogo com os mais fortalecidos e sim que sejam modificadas as regras do jogo para que desse participem fragilizados e fortalecidos, em trocas permanentes de competências e interesses”. Dessa forma torna-se viável a construção da rede social dos sujeitos onde todos podem contribuir com suas potencialidades e trabalhar as fragilidades respeitando o momento de cada indivíduo.

3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Conselho Nacional de Economia Solidária (2015) retrata este modelo de economia como sendo uma alternativa de geração de trabalho e renda pela via do trabalho que combina os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade na realização de atividades de produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças. Além disso, existem iniciativas econômicas rurais e urbanas em que os trabalhadores se organizam em cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, associações e grupos de produção e consumo, instituições de finanças solidárias como banco comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito, entre outros.

No Plano Nacional de Economia Solidária (2015) é possível entender que o ser humano é considerado na sua integralidade como sujeito, apontando uma nova estratégia de desenvolvimento, antagônica ao capitalismo, e que se expressa na forma de democratizar a gestão da atividade econômica, sendo justa na distribuição dos resultados alcançados, estando junto à comunidade local para participar de processos de desenvolvimento sustentável, preocupando-se com o bem estar dos trabalhadores e com a preservação do meio ambiente, além de manter relações com movimentos sociais e populares de caráter emancipatório.

As iniciativas econômicas solidárias estão sendo incentivadas por apresentarem estratégias de dinamização socioeconômica em processos de desenvolvimento local e territorial sustentável, na perspectiva de promover a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente. A sustentabilidade econômica implica na construção de novas dinâmicas de geração e distribuição social das riquezas, incentivando atividades e formas de produção apropriadas aos ecossistemas, como potenciais para um crescimento equitativo e sustentável.

Silva, Oliveira & Bertani apontam que a economia solidária é um exercício de poder compartilhado, de relações sociais e de cooperação entre os trabalhadores, que privilegia o trabalho em detrimento do capital, que vivencia outras formas de organização do trabalho que possam superar a economia capitalista individualista e competitiva. Sendo assim, Silva, Oliveira & Bertani (*apud* BRUNELLO, CASTRO & LIMA, 2001) acreditam que as atividades, por sua inserção no tempo e no espaço, trazem a possibilidade de concretizar e dar forma a conexão entre sujeito e ambiente, que atua em oposição ao processo de exclusão.

Nesse sentido, o modelo de economia solidária traz a chance de inserção aos portadores de sofrimento psíquico por ter em vista a produção econômica respeitando os limites de cada pessoa sem explorar, levar vantagem ou destruir o meio ambiente. Em função disso, a cooperativa é o meio no qual essas possibilidades se concretizam pelo fato de ser uma forma organizacional inovadora e se colocar de maneira oposta a lógica de exploração do trabalho e sim como forma concreta de solidariedade (Lussi & Pereira, 2009).

Deste modo, Silva, Oliveira & Bertani afirmam que a economia solidária tem possibilitado aos portadores de sofrimento psíquico, que agora são trabalhadores solidários, conseguir apoio para suas incursões no mundo social, comunitário e também participações nas decisões e na gestão de suas vidas. Elas acreditam que somente uma prática que incentiva a autogestão, a justiça social, o trabalho coletivo e as relações solidárias podem propiciar um caminho de inclusão social para as populações que estão em desvantagem econômica e social.

Lussi & Pereira (2009) argumentam que a prática da empresa social evidencia a mudança de papel dos participantes no processo de assistência em saúde, transformando os “depositários passivos de assistência” em produtores de recursos. Uma alternativa próxima e possível é a transformação do trabalho terapêutico institucionalizado em trabalho como produção de sentido com caráter de empreendimento não só econômico, mas também social que promove novas redes e novas relações entre sujeitos sociais. Lussi & Pereira (2009) retratam a realidade da empresa social como uma tentativa de explorar o sentido do trabalho como um instrumento reabilitativo que compreende a atividade de formação e de trabalho tendo o caráter de empresa e de formador de pessoas.

Esse tipo de empresa é uma alternativa para romper a separação entre mercado de trabalho e assistência tendo em vista a modificação da cultura e das práticas de assistência que dizem respeito ao portador de transtorno mental. Assim, a empresa social focaliza o sujeito como ser social e seu processo de formação no sentido de propiciar sua emancipação, objetivando o desenvolvimento de uma forma de economia mais justa que tem como características a igualdade e a solidariedade, com vistas a emancipação social dos sujeitos (Lussi & Pereira, 2009).

4. REFERÊNCIAS

ALVES, G. Toyotismo Como Ideologia Orgânica Da Produção Capitalista. Revista ORG & DEMO, v.1, nº 1, 2000.

ALVES, G. Trabalho, Corpo e Subjetividade: Toyotismo E Formas De Precariedade No Capitalismos Global. Trabalho, Educação e Saúde, v. 3 n. 2, p. 409 - 428, 2005.

BRASIL, Conselho Nacional De Economia Solidária. 1º Plano Nacional de Economia Solidária. 2015 – 2019.

CHEMAMA, R. Um Sujeito Para Um Objeto. Ágalma, set. 2014. Disponível em:<http://agalma.com.br/wpcontent/uploads/2014/09/um_sujeito_objeto_goza.pdf>. Acessado em 15 abr. 2015.

COUTINHO, M. C; KRAWULSKI, E; SOARES, D. H. P. Identidade E Trabalho Na Contemporaneidade: Repensando Articulações Possíveis. Psicologia & Sociedade; 19, Edição Especial 1: 29-37, 2007

COUTINHO, M.C. Sentidos Do Trabalho Contemporâneo: As Trajetórias Indenitárias Como Estratégia De Investigação. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2009, vol. 12, n. 2, pp. 189-202.

DEJOURS, C. Subjetividade, Trabalho E Ação. Revista Produção, v.14, n.3, p. 027-034, set. /dez. 2004.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IANNI, O. (1926) Teorias da Globalização. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LUSSI, I. A. O., PEREIRA, M. A. O. Empresa Social e Empresa Solidária: Perspectivas No Campo Laboral De Portadores De Transtorno Mental. Rev. Escola de Enfermagem, São Paulo, p 515-521, abr. 2009.

MANDEL, E. O Capitalismo. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm> Acesso em 11 jun 2015.

MAROCHI, M.L.G. Considerações Sobre Modelos De Produção E A Psicologia Do Trabalho. Rev. FAE, Curitiba, v 5, n. 1, p 21-28, jan/ abr. 2002.

MÉSZÁROS, I. A Crise Estrutural Do Capital. Rev. Outubro, São Paulo, 4ª ed, fev. 1998.

NAVARRO, V.L.; PADILHA, V. Dilemas do Trabalho No Capitalismo Contemporâneo. Psicologia & Sociedade; 19, Edição Especial 1: 14-20, 2007.

PICOLI, B. A. Jacob Gorender, O Escravismo Colonial E Um Debate Ainda Atual. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/08/O-Escravismo-colonial-B.-Picoli.pdf>. Acesso em 08 jun. 2015.

SILVA, E. P., OLIVEIRA, T. M. & BERTANI, I. F. Saúde Mental E Economia Solidária: Uma Relação Em Construção. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Diversidade/DI-02.pdf>. Acesso em 09 jul. 2015.

SOUZA, P. C. Z. Trabalho, Organização E Pessoas Com Transtornos Mentais Graves. Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho, 2006, vol. 9, n.1, pp. 91-105.

WOOD, E.M. As Origens Agrárias Do Capitalismo. Rev. Crítica Marxista. Monthly Review. V. 50, n.3, jul/ago 1998. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo6612_merged.pdf> Acesso em 01 jun. 2015